



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 162

SEGUNDA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 1992

BRASÍLIA — DF

## Sumário

### PÁGINA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	12949
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	12966
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	12967
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	13021
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.....	13075
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	13076
EDITAIS E AVISOS.....	13076

## Supremo Tribunal Federal

### Plenário

Ata da 23a. (vigésima terceira) sessão ordinária, realizada em 19 de agosto de 1992.

Presidência do Senhor Ministro Sydney Sanches, Presidente. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Octavio Gallotti, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ilmar Galvão e Francisco Rezek.

Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Moacir Antonio Machado da Silva.

Secretário, Luiz Tomimatsu.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

### Julgamentos

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 709-2 - medida liminar

ORIGEM : PARANÁ  
RELATOR : MIN. PAULO BROSSARD  
REQTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ  
ADV. : CARLOS FREDERICO MARES DE SOUZA FILHO  
REQDO. : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ  
REQDA. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: Após os votos dos Ministros Relator, Francisco Rezek, Ilmar Galvão, Carlos Velloso e Néri da Silveira, que julgavam prejudicada a ação e, em consequência, a medida cautelar e, dos Ministros Marco Aurélio, Sepúlveda Pertence, Octavio Gallotti, Moreira Alves e Presidente (Min. Sydney Sanches) que consideravam prejudicada apenas a cautelar, o julgamento foi adiado para tomada de voto de desempate. Plenário, 19.08.92.

MANDADO DE INJUNCAO N. 369-6

ORIGEM : DISTRITO FEDERAL  
RELATOR : MIN. NERI DA SILVEIRA  
IMPTE. : NEISSER CARDOSO MINERVINO  
ADV. : NEISSER CARDOSO MINERVINO  
IMPDA. : UNIAO FEDERAL  
IMPDO. : CONGRESSO NACIONAL

Decisão: O Tribunal, por votação unânime, não conheceu da ação, com relação à União Federal, por ilegitimidade passiva ad causam. Por maioria de votos, rejeitou a preliminar de falta de interesse de agir, com relação ao Congresso Nacional, vencido o Ministro Marco Aurélio, que a suscitou e acolheu. Também, por maioria, considerou desnecessária a citação da ex-empregadora do impetrante, como litisconsorte passiva, vencido o Ministro Ilmar Galvão, que, suscitando a questão, a reputou necessária. Em seguida, o Tribunal, por maioria, deferiu, em parte, o mandado de injunção, nos termos do voto do Ministro Francisco Rezek, vencidos, parcialmente, os Ministros Relator e Ilmar Galvão e, em maior extensão, os Ministros Marco Aurélio e Carlos Velloso, que o deferiram para fins diversos. Votou o Presidente nas preliminares e no mérito. Plenário, 19.8.92.

MANDADO DE SEGURANCA N. 21.507-1 - agravo regimental

ORIGEM : SAO PAULO  
RELATOR : MIN. NERI DA SILVEIRA  
AGTE. : WONG SIN TAK  
ADV. : WESLEY WAGNER DE PRINTEZ  
AGDO. : RELATOR DO AG 244 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Carlos Velloso. Plenário, 19.08.92.

Brasília, 20 de agosto de 1992

LUIZ TOMIMATSU  
Secretário

### Departamento Judiciário

### Despachos

#### PROCESSOS DIVERSOS

#### CONCESSÃO DE EXEQUATUR

O Ministro SYDNEY SANCHES, Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos termos do que dispõem o artigo 102, I, h, da Constituição, e os artigos 13, IX, e 225, estes do Regimento Interno da mesma Corte, e considerando o parecer favorável da Procuradoria Geral da República:

CONCEDE exequatur à Carta Rogatória nº 5.840-3/080, prove niente da República Federal da Alemanha - Justiça Rogante: Tribunal da relação de Wuerzburg - e dirigida à Justiça da República Federativa do Brasil, para citação de Kurt Ernst Nigmann.

Brasília, 18 de agosto de 1992.

CONCEDE exequatur à Carta Rogatória nº 6.106-4/080, prove niente do Japão - Justiça Rogante: Tribunal Regional de Maebashi, Seção de Takasaki - e dirigida à Justiça da República Federativa do Brasil, para citação de Reiko Yokoyama Pereira e entrega de documentos.

Brasília, 12 de agosto de 1992.

CONCEDE exequatur à Carta Rogatória nº 6.134-0/080, prove niente da República Francesa - Justiça Rogante: Tribunal de Grande Instância de Thionville - e dirigida à Justiça da República Federativa do Brasil, para intimação de Jean-Marc Kichenbrand.

Brasília, 18 de agosto de 1992.

CONCEDE exequatur à Carta Rogatória nº 6.135-8/080, prove niente da República Francesa - Justiça Rogante: Tribunal de Grande Instância de Paris - e dirigida à Justiça da República Federativa do Brasil, para intimação de Lucia de Assis Melin ou Lucia Londechamp.

Brasília, 18 de agosto de 1992.



CONCEDE exequatur à Carta Rogatória nº 6.142-1/080, prove niente da República Portuguesa - Justiça Rogante: Tribunal Cível da Comarca de Lisboa, 9º Juízo - e dirigida à Justiça da República Federativa do Brasil, para inquirição de Volnei Jorge Selos.

Brasília, 18 de agosto de 1992.

PET 530-9 RS (Petição PG-STF nº 021335)

RELATOR: MIN. CARLOS VELLOSO  
REQTE.: WONG SIN TAK  
ADV.: DINORA SOLETTI

#### DESPACHO:

J. Cumpra-se o despacho de fl. 26: os advogados deverão comprovar a sua inscrição na OAB (Lei 4215/63, art. 65).  
Brasília, 18.08.92.

Ministro CARLOS VELLOSO  
Relator

#### RECLAMAÇÃO Nº 411-2 PARANÁ

Reclamante: Associação de Desenvolvimento Comunitário de Perobal  
(Advs: Osmar José Serraglio e outros)  
Reclamado: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

DESPACHO: Vistos, etc.

A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Perobal formula reclamação contra o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, impugnando a Resolução nº 231/92, por ele expedida, que definiu os municípios onde será possível realizar eleições no corrente ano, excluindo outros, dentre os quais o Município de Perobal. Alega que tal ato descumpriu a decisão do Supremo Tribunal que deferiu medida liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 704-1, suspendendo a eficácia do art. 1º da Lei Complementar nº 62/92, e impedindo, com isso, a realização de eleições em todos os municípios emancipados, sem estabelecer a discriminação imposta pela referida resolução, que liberou apenas aqueles cuja lei de criação tenha sido publicada, na imprensa oficial, anteriormente à data da concessão da liminar pelo Supremo Tribunal.

A reclamação é de todo incabível.

Esta Corte não admite reclamação por descumprimento de decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade. Assim entendeu o Plenário ao julgar a Reclamação nº 208, onde ficou decidido que, em face do caráter eminentemente objetivo do processo de ação direta de inconstitucionalidade, a parte prejudicada pelo ato judicial que aplica norma nele suspensa não pode reclamar, como terceiro interessado, sob o fundamento de descumprimento de decisão desta Corte.

Sendo essa a hipótese da presente reclamação, nego-lhe seguimento frente ao art. 38 da Lei 8.038/90 e ao parágrafo 1º do art. 21 do RI/STF.

Publique-se.

Brasília, 12 de agosto de 1992.

Ministro ILMAR GALVÃO  
Relator



#### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604-900 - Brasília/DF  
Telefones: PABX: (061) 321-5566 - Fax: (061) 225-2046  
Telex: (061) 1356  
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA  
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR  
Coordenador de Produção Industrial

#### DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS  
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial			Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral .....	Cr\$ 160.900,00	Cr\$ 41.300,00	Cr\$ 146.300,00	Cr\$ 162.700,00	Cr\$ 258.000,00
Portes:					
Superfície .....	Cr\$ 75.900,00	Cr\$ 37.290,00	Cr\$ 66.660,00	Cr\$ 75.900,00	Cr\$ 136.960,00
Aéreo .....	Cr\$ 189.420,00	Cr\$ 93.060,00	Cr\$ 189.420,00	Cr\$ 189.420,00	Cr\$ 342.540,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DICOM  
Telefone: (061) 226-6812  
Horário: 7:30 às 19:00 horas

#### HABEAS CORPUS

HC 69232-4 SC

RELATOR: MIN. MARCO AURELIO  
IMPTE.: MARCO ANTONIO CACHEL  
COATOR: RELATOR DA PPEX 103-7  
PACTE.: THEODOR KARL CICHON

#### Despacho:

1. Inegavelmente, a competência para julgamento deste habeas-corpus é do Tribunal Pleno. Por outro lado, inexistente nos autos parecer sobre o pedido nele formulado.
2. Ao Procurador-Geral da República, com a urgência que a natureza da medida intentada requer. Com relatório parcial hoje gravado.
3. Publique-se.

Brasília, 19.08.92  
Ministro MARCO AURELIO  
Relator

HC 69.554-0 - RJ

Impte: Tabajara Alexandre Pereira de Moura. Coator: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Pacte: Tabajara dos Santos.

#### DESPACHO:

1. Declaro-me habilitado a proceder ao relato deste processo e a proferir voto.
2. Ao Gabinete, para as providências cabíveis.
3. Publique-se.

Brasília, 16.08.92  
Ministro MARCO AURELIO  
Relator

#### Despacho:

1. Declaro-me habilitado a relatar e votar neste caso.
2. Aponto como data provável do julgamento 25.08.92.
3. Ao Gabinete para as providências cabíveis.
4. Publique-se.

Brasília, 16.08.92  
Ministro MARCO AURELIO  
Relator

HC nº 69.566-3/130-PB

Impetrante: Gilberto de Oliveira Dias. Coator: Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de João Pessoa. Paciente: Gilberto de Oliveira Dias.

DESPACHO: Vistos, etc.

O Supremo Tribunal Federal não é competente para processar e julgar, originariamente, habeas-corpus quando a autoridade coatora for juiz singular.

Nestes termos, com base no art. 21, § 1º, do RISTF, combinado com o art. 38, da Lei 8.038/90, nego seguimento ao pedido, no âmbito desta Corte, determinando a remessa dos autos ao Tribunal Estadual competente.

Intime-se e comunique-se ao paciente.  
Brasília, 18 de agosto de 1992.

Ministro PAULO BROSSARD  
Relator

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 128.193-6 SÃO PAULO

Agravante: Oscar Meira Mirilli (Advs.: Saulo Ladeira, Esly Schetinni Pereira e outros). Agravado: Instituto Nacional de Previdência Social (Adv. Paulo Roberto Cacheira).

Vistos etc.

1. O recurso extraordinário foi interposto com alegada base nas alíneas "a" e "d" do inciso III do artigo 119 da Constituição Federal anterior, arguindo o Recorrente a relevância da questão federal. É que o Órgão prolator da decisão impugnada teria inobservado a norma inserta no inciso XVI do artigo 165 da Lei Básica de 1969, no que indeferiu benefício alusivo a acidente de trabalho diante do fato de o ora Agravante já vir recebendo proventos por aposentadoria especial. Segundo a Corte de origem, incabível mostrou-se a acumulação, em face à circunstância de que a enfermidade da qual foi acometido o Agravante não decorreu da atividade profissional, em si, já que à época encontrava-se inativo (folhas 70 a 74 e 76 a 84). A negativa de trânsito ao extraordinário decorreu do entendimento de que o tema nele versado não foi objeto de debate e decisão prévios (folhas 85 e 86).

Com a minuta de folhas 4 a 12, assevera o Agravante que a violação ao preceito constitucional deu-se em virtude de o acórdão atacado implicar a negativa do direito ao benefício previdenciário.



**ADVOGADO** : Dr(a). RODOLFO PESSOA DE VASCONCELOS  
**RECORRIDO** : JOSE CAITANO DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : Dr(a). FRANCISCO G DA SILVA NETO

**PROCESSO** : RR - 054409 / 92 - 6 . TRT DA 6a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. LEONALDO SILVA  
**RECORRENTE** : DESTILARIA LIBERDADE S/A  
**ADVOGADO** : Dr(a). IVANILDO CORREIA DE PAIVA.  
**RECORRIDO** : SEVERINO FIRMINO DO NASCIMENTO  
**ADVOGADO** : Dr(a). FRANCISCO G DA SILVA NETO

**PROCESSO** : RR - 054410 / 92 - 3 . TRT DA 6a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. MARCELO PIMENTEL  
**RECORRENTE** : USINA PEDROZA S/A  
**ADVOGADO** : Dr(a). EVILAZIO DE MELO ARUEIRA  
**RECORRIDO** : ROMILDO ANASTACIO DA SILVA  
**ADVOGADO** : Dr(a). MARIA ELIANE SILVA PINTO

**PROCESSO** : RR - 054421 / 92 - 3 . TRT DA 9a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. ALMIR PAZZIANOTTO  
**RECORRENTE** : BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A  
**ADVOGADO** : Dr(a). WILSON ROBERTO VIEIRA LOPES  
**RECORRIDO** : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE APUCARANA  
**ADVOGADO** : Dr(a). JOSE TEODORO ALVES

**PROCESSO** : RR - 054428 / 92 - 5 . TRT DA 12a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA  
**RECORRENTE** : CESACA S/A - CERAMICA SANTA CATARINA  
**ADVOGADO** : Dr(a). GIOVANNI DOS REIS BENETON  
**RECORRIDO** : RENI AUGUSTINHO  
**ADVOGADO** : Dr(a). JOAO FERREIRA

**PROCESSO** : RR - 054430 / 92 - 9 . TRT DA 12a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. LEONALDO SILVA  
**RECORRENTE** : SOCIEDADE DIVINA PROVIDENCIA - HOSPITAL E MATERNIDADE SAO JOSE  
**ADVOGADO** : Dr(a). ALFREDO ALEXANDRE M. COUTINHO  
**RECORRIDO** : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVICOS DE SAUDE DE JOINVILLE  
**ADVOGADO** : Dr(a). WILSON REIMER

**PROCESSO** : RR - 054431 / 92 - 7 . TRT DA 12a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. MARCELO PIMENTEL  
**RECORRENTE** : ITAU SEGUROS S/A  
**ADVOGADO** : Dr(a). LUCI DA SILVA SERRANO  
**RECORRIDO** : SIND DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZACAO E DE AGENTES AUTONOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CREDITO E DE EMPRESAS DE PREVIDENCIA PRIVADA DE BLUMENAU  
**ADVOGADO** : Dr(a). MARIVALDO AQUINO DE CAMPOS

**PROCESSO** : RR - 054440 / 92 - 2 . TRT DA 2a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. ALMIR PAZZIANOTTO  
**RECORRENTE** : WILSON BACHEGA  
**ADVOGADO** : Dr(a). ROSANA DO NASCIMENTO PELAER  
**RECORRIDO** : BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A  
**ADVOGADO** : Dr(a). MARIA EDUARDA F R V GARCIA

**PROCESSO** : RR - 054447 / 92 - 4 . TRT DA 7a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA  
**RECORRENTE** : BCN - BANCO DE CREDITO NACIONAL S/A  
**ADVOGADO** : Dr(a). LUIZ GONZAGA FURTADO CUNHA  
**RECORRIDO** : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS NO ESTADO DO CEARA  
**ADVOGADO** : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES

**PROCESSO** : RR - 054449 / 92 - 8 . TRT DA 7a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. LEONALDO SILVA  
**RECORRENTE** : BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A  
**ADVOGADO** : Dr(a). FRANCISCO IRAPUAN DE P. CAMPOS  
**RECORRIDO** : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS NO ESTADO DO CEARA  
**ADVOGADO** : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES

**PROCESSO** : RR - 054451 / 92 - 3 . TRT DA 4a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. MARCELO PIMENTEL  
**RECORRENTE** : JUVENAL DA SILVEIRA  
**ADVOGADO** : Dr(a). ALINO DA COSTA MONTEIRO  
**RECORRENTE** : CIA ESTADUAL DE ENERGIA ELETRICA - CEEB  
**ADVOGADO** : Dr(a). WANDERLEI BARROS CABISTANI  
**RECORRIDO** : OS MESMOS

**PROCESSO** : RR - 054460 / 92 - 9 . TRT DA 12a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. ALMIR PAZZIANOTTO  
**RECORRENTE** : RIGESA, CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS LTDA  
**ADVOGADO** : Dr(a). MAURO MEDEIROS  
**RECORRIDO** : MIGUEL ALVES DOS SANTOS E OUTROS  
**ADVOGADO** : Dr(a). ITAMAR PEDRO BEVILAQUA

**PROCESSO** : RR - 054466 / 92 - 3 . TRT DA 12a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA  
**RECORRENTE** : BANCO ITAU S/A  
**ADVOGADO** : Dr(a). JOSE MARIA RIEMMA  
**RECORRIDO** : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE JOINVILLE  
**ADVOGADO** : Dr(a). OSCAR JOSE HILDEBRAND

**PROCESSO** : RR - 054468 / 92 - 7 . TRT DA 2a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. LEONALDO SILVA  
**RECORRENTE** : LUIZ GAD LEVI (ESPOLIO DE)  
**ADVOGADO** : Dr(a). DELCIO TREVISAN  
**RECORRIDO** : NOSSA CAIXA - NOSSO BANCO S/A  
**ADVOGADO** : Dr(a). VANIA MARIA FILARDI

**PROCESSO** : RR - 054469 / 92 - 5 . TRT DA 2a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. MARCELO PIMENTEL  
**RECORRENTE** : PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS  
**ADVOGADO** : Dr(a). JOAQUIM MACHADO DE AZEVEDO  
**RECORRIDO** : HELIO MOLLICA  
**ADVOGADO** : Dr(a). WELLINGTON ROCHA CANTAL

**PROCESSO** : RR - 054479 / 92 - 8 . TRT DA 2a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. ALMIR PAZZIANOTTO  
**RECORRENTE** : GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA

**ADVOGADO** : Dr(a). MARIO GUIMARAES FERREIRA  
**RECORRIDO** : MANOEL LINO DE MEDEIROS  
**ADVOGADO** : Dr(a). JESUS PINHEIRO ALVARES

**PROCESSO** : RR - 054486 / 92 - 9 . TRT DA 2a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA  
**RECORRENTE** : EMPRESA FOLHA DA MANHA S/A  
**ADVOGADO** : Dr(a). RICARDO GELLY DE C. E SILVA  
**RECORRIDO** : EDMUNDO APARECIDO DE MORAES  
**ADVOGADO** : Dr(a). ROSELI DOS S MARTINS

**PROCESSO** : RR - 054488 / 92 - 4 . TRT DA 2a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. LEONALDO SILVA  
**RECORRENTE** : BENEDICTO MONTEIRO DE CARVALHO NETO  
**ADVOGADO** : Dr(a). MARIA NEIDE MARCELINO  
**RECORRIDO** : REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A  
**ADVOGADO** : Dr(a). MARCIA CRISTINA CAMPESTRIM

**PROCESSO** : RR - 054489 / 92 - 1 . TRT DA 2a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. MARCELO PIMENTEL  
**RECORRENTE** : MUNICIPIO DE SANTO ANDRE  
**ADVOGADO** : Dr(a). DULCE BEZERRA DE LIMA SANTOS  
**RECORRIDO** : LUIZIA NUNES CASSIANO  
**ADVOGADO** : Dr(a). ALCIMAR LUIZ DE ALMEIDA

**PROCESSO** : RR - 054500 / 92 - 5 . TRT DA 3a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. ALMIR PAZZIANOTTO  
**RECORRENTE** : FLORISMUNDO PEREIRA VIANA  
**ADVOGADO** : Dr(a). MARIA GORETH PEREIRA TORRES  
**RECORRIDO** : REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A  
**ADVOGADO** : Dr(a). ANTONIO CLAUDIO S.S. KUBRUSLY

**PROCESSO** : RR - 054614 / 92 - 2 . TRT DA 4a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA  
**RECORRENTE** : UBIRAJARA ACUNHA MENEZES  
**ADVOGADO** : Dr(a). JULIO CESAR GATTI VACCARO  
**RECORRIDO** : FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE  
**ADVOGADO** : Dr(a). SERGIO AMARAL CAMPELLO

**PROCESSO** : RR - 054616 / 92 - 7 . TRT DA 4a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. LEONALDO SILVA  
**RECORRENTE** : VANIA TEREZINHA LAZZAROTTO CORTI  
**ADVOGADO** : Dr(a). ALCINDO GABRIELLI  
**RECORRIDO** : VIVENDA INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA  
**ADVOGADO** : Dr(a). PAULO ROBERTO TRAMONTINI

**PROCESSO** : RR - 054617 / 92 - 4 . TRT DA 2a. REGIÃO  
**RELATOR** : MIN. MARCELO PIMENTEL  
**RECORRENTE** : SIND DOS EMPREGADOS EM COMERCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE SANTOS, SAO VICENTE, GUARUJA, CUBATAO, PRAIA GRANDE E LITORAL SUL  
**ADVOGADO** : Dr(a). WILSON DE OLIVEIRA  
**RECORRIDO** : PANIFICADORA SUPER PAO DO GUARUJA LTDA  
**ADVOGADO** : Dr(a). RISCALLA ABDALA ELIAS

Brasília, 20 de agosto de 1992  
 MÁRCIO ANTERO DE CARVALHO  
 Diretor da Secretaria

## Superior Tribunal Militar

### Presidência

ATO Nº 9.930, DE 17 DE AGOSTO DE 1992

O GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXIII, do Regimento Interno, resolve

TORNAR SEM EFEITO o Ato nº 9.914, publicado no Diário da Justiça de 30 JUL 92, que designou o Cap QAO Adm G WALDIR SEIXAS MARCOLINO FILHO, Oficial de Gabinete, do Gabinete do Min Gen Ex Jorge Frederico Machado de Sant Anna, para substituir o titular do cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete de Ministro, código STM-DAS-101.5, no período de 02 a 31 JUL 92, haja visto o artigo 42, parágrafos 3º e 4º, da Constituição Federal, de 05 OUT 88.

GEN EX HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

### Secretaria do Tribunal Pleno

#### Pauta de Julgamentos

##### PAUTA Nº 094

- RECURSO CRIMINAL Nº 6.044-3 - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Adv Dr Alexandre Lobão Rocha.
- APELAÇÃO Nº 46.657-6 - Relator Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Revisor Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Adv Dr Alexandre Lobão Rocha.
- APELAÇÃO Nº 46.692-4 - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Aldo Fagundes. Advª Drª Teresa da Silva Moreira.



**Ministério Público da União**

Ministério Público do Trabalho

Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho

PORTARIA Nº 179, DE 19 DE AGOSTO DE 1992

O Procurador-Geral DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições, considerando que todos os Procuradores do Trabalho ora lotados na Procuradoria Regional do Trabalho da 8a. Região - PA têm manifestado impedimento para atuarem nos processos em que figure como parte a Universidade Federal do Pará, RESOLVE:

- Determinar que os processos onde figure como parte a Universidade Federal do Pará sejam encaminhados à Procuradoria Regional do Trabalho da 10a. Região - DF, para emissão de parecer.

JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS

**Editais e Avisos**

Superior Tribunal de Justiça

Subsecretaria da Corte Especial

Divisão de Apoio a Julgamentos

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
EDITAL  
ADITAMENTO

Faço público, para conhecimento dos interessados, que a Corte Especial deste Tribunal, fará realizar **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** no dia 27 de agosto de 1992, quinta-feira, a partir das 14 horas, na qual poderão ser julgados processos adiados ou constantes de pautas já publicadas e proposta orçamentária dos Tribunais Regionais Federais e Conselho da Justiça Federal.

PUBLIQUE-SE REGISTRE-SE.  
Brasília, 21 de agosto de 1992  
Ministro Antônio Torreão Braz  
Presidente do Superior Tribunal de Justiça

⇒ ⇒ **JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL** ⇐ ⇐  
Acórdãos e resoluções do TSE e decisões do STF em matéria eleitoral

Informações: IMPRENSA NACIONAL — SIG — Quadra 06 — Lote 800  
Brasília — DF — CEP: 70604-900 — Fone: (061) 226-6812

## PARA QUEM QUER SABER MAIS

### Coleção das Leis do Brasil

1990 — Volumes I a VI — Coleção completa - Cr\$ 319.300,00

1991 — Volumes I a VI — Coleção completa - Cr\$ 306.600,00

1992 — Volumes I a V — - Cr\$ 113.800,00

sujeito a majoração, sem aviso prévio, incluídas despesas com remessa.

A legislação brasileira reúne os decretos, emendas constitucionais, leis complementares, decretos legislativos, leis e medidas provisórias, emitidos pelo Poder Legislativo e Poder Executivo



Adquira seus exemplares na Imprensa Nacional  
SIG — Quadra 6 lote 800 — 70604-900 — Brasília-DF  
Telefone: (061)226-6812